ARTIGO 3.º

O capital social é de catorze mil novecentos e sessenta e um euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de três quotas iguais de quatro mil novecentos e oitenta e sete euros, cada, pertencente uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios, que, desde já, ficam nomeados gerentes.

§ 1.º Para a sociedade ficar obrigada é necessária a intervenção de dois gerentes.

§ 2.º A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência, ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade tornado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de, custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme o original.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214626

FERNANDO & ANA FIGUEIRA — CONSTRUÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5349/990903; identificação de pessoa colectiva n.º 504540688.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214625

JUAN LOPEZ — SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5361/990914.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214624

MELO & MARQUES — EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5355/990907; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 07/990907.

Certifico que:

1 — António José Carrasco de Melo Saião, casado com Maria da Graça dos Santos Conde de Melo Saião, na comunhão de adquiridos, Rua de Joaquim Brandão, 6, 4.º, esquerdo, Setúbal;

2 — Maria José Ribeiro Marques, solteira, maior, Praceta do Dr. José Romão dos Santos Ferro, 21, 2.º, D, Setúbal, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Melo & Marques — Exploração de Restaurantes, L.ª, e tem a sua sede na Avenida de 22 de Dezembro, 45, rés-do-chão, freguesia de São Julião, concelho de Setúbal.

§ único. Por deliberação social a sociedade poderá instalar e abrir outros estabelecimentos onde tal se mostrar conveniente e deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O seu objecto é actividades hoteleiras, nomeadamente restaurante, bar e *snack-bar*.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 400 000\$ correspondente à soma de duas quotas iguais de 200 000\$ cada, sendo uma de cada sócio.

ARTIGO 4.º

Os sócios poderão fazer a sociedade todos os suprimentos que entendam necessários, com ou sem juros, conforme for deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

É livre a cessão de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios e entre estes e os seus descendentes ou ascendentes, com expressa dispensa de autorização especial da sociedade e ficando desde já autorizadas as necessárias divisões das mesmas quotas.

§ único. No caso de cessão de quotas a favor de terceiros, torna-se necessário o consentimento expresso da sociedade. Na aquisição tem direito de preferência, tanto por tanto, em primeiro lugar a sociedade e em segundo lugar os sócios individualmente; se mais de um sócio quiser preferir, será a quota em causa, repartida entre eles proporcionalmente às quotas possuídas.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar quotas, no todo ou em parte de qualquer sócio nos casos seguintes:

- a) Inabilitação, interdição, falência ou insolvência do sócio;
- b) Arresto, arrolamento ou penhora da quota;
- c) Quando viole gravemente algum dos seus deveres sociais.

§ único. Em qualquer destes casos o valor da amortização e o que corresponder ao balanço efectuado à data da respectiva deliberação.

ARTIGO 7.º

Em caso de falecimento de qualquer sócio, a sua quota passará para os seus herdeiros, podendo no entanto a sociedade exigir que estes exerçam os respectivos direitos sociais através de um sócio que entre si escolham.

ARTIGO 8.º

1 — A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, competem a ambos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de ambos os gerentes. Para os actos de mero expediente e suficiente a assinatura de um só gerente.

ARTIGO 9.º

A convocação das assembleias gerais far-se-á por escrito e com a antecedência de 15 dias da data marcada e com precisa indicação dos assuntos ou fins a tratar.